

**TERRITÓRIO: DAS DIFERENTES ACEPÇÕES À DINÂMICA DO USO PELOS GRANDES EMPREENDIMENTOS E AS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE COLETIVA****TERRITORY: DIFFERENT MEANINGS OF THE DYNAMICS OF USE BY LARGE PROJECTS AND IMPLICATIONS IN HEALTH COLLECTIVE****Joana D'Arc Vieira Couto Astolpho**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade – UFU  
Membro do NEPEGE-Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Efeitos de Grandes Empreendimentos  
[jastolph@terra.com.br](mailto:jastolph@terra.com.br)

**RESUMO**

Nesse estudo pretende-se, a partir do arcabouço teórico referente à categoria território, estabelecer um debate acerca das diferentes acepções a seu respeito, bem como, do desenvolvimento territorial, vinculado ao processo de apropriação e/ou uso na dinâmica dos grandes empreendimentos hidrelétricos no Rio Araguaari e a relação com a saúde no município de Nova Ponte. O objetivo do presente trabalho é apreender o que é território do cotidiano, as diferentes acepções desde a de território- Estado Nação, passando pela de território- Poder ao território- Político até a de território Simbólico-Cultural, e relacioná-las ao processo de uso pelos grandes empreendimentos hidrelétricos e os efeitos sociais gerados. Na proposição de uma reflexão teórica crítica direcionada a realidade da população submetida ao deslocamento compulsório pela construção de um empreendimento hidrelétrico, deva ser dada a ênfase a visão de território simbólico-cultural aliado ao processo de saúde- doença da referida população. A escolha metodológica terá por base o aporte teórico, e os seminários ofertados no decorrer da disciplina voltada, especificamente, para a temática- território, acrescida de revisões bibliográficas de outros autores ligados ao tema central e potencializada pelas reflexões articuladas ao projeto de pesquisa de mestrado, sobre os “Efeitos Sociais de Grandes Empreendimentos Hidrelétricos no rio Araguaari: a relação entre o uso do território e a saúde coletiva no município de Nova Ponte- MG”. Os moradores de Nova Ponte, submetidos ao deslocamento compulsório, procedentes do meio rural e/ou urbano (cidade velha), constituem sujeitos imprescindíveis para a contextualização do uso do território. O processo reflexivo oportunizou uma interlocução das questões teóricas referente ao território, balizada pelas diferentes acepções aos apontamentos da dinâmica do uso pelos grandes empreendimentos hidrelétricos no Rio Araguaari e o município de Nova Ponte. Este estudo foi desenvolvido na tríade: territórios do cotidiano e suas diferentes acepções teóricas; a construção de barragem e o deslocamento compulsório e por fim, não menos importante, o uso do território e a saúde da população local.

**Palavras-chave:** Território. Grandes Empreendimentos. Saúde Coletiva.

**ABSTRACT**

In this study it is intended, from the theoretical framework regarding the category territory, establish a debate about the different meanings of him as well, the territorial development linked to the process of appropriation and / or use the dynamics of large

---

Artigo apresentado como requisito final de aprovação na disciplina Geografia e Ruralidade: espaço rural contemporâneo e novas territorialidades ofertada pelo PPGEO- Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do prof. Marcelo Cervo Chelotti.

Recebido em: 15/08/2013

Aceito para publicação em: 12/05/2014

enterprises Araguari River hydropower in relation to health and the city of Nova Ponte. The objective of this study is to understand what is the territory of everyday life, the different meanings from the territory of the Nation - State, passing through the territory - to -territory Political Power to the territory of Symbolic - Cultural, and relate them to the process use by large hydroelectric projects and social effects. In proposing a critical theoretical reflection directed the reality of population undergoing compulsory displacement by the construction of a hydroelectric project; emphasis should be given a vision of symbolic - cultural territory allied to the health -disease process in this population. The methodological choice will be based on the theoretical framework, and seminars offered during the course geared specifically to the subject - territory, plus literature reviews of other authors related to the central theme coordinated and enhanced by the research project master reflections on "Social Effects of Large Hydroelectric Projects in Araguari river: the relationship between land use and public health in the city of Nova Ponte - MG". The residents of Nova Ponte, submitted to compulsory relocation, coming from rural and / or urban (old town), are subject essential to contextualize the use of the territory. The reflective process provided an opportunity for a dialogue of theoretical issues relevant to the territory, buoyed by the different meanings to the notes of the dynamics of the use by large hydroelectric projects in Araguari River and the City of Nova Ponte. This study was development in the triad areas of everyday life and its different theoretical meanings; the construction of the dam and the compulsory relocation and finally not least, the use of territories and health of the local population.

**Keywords:** Territory. Large Projects. Collective Health.

---

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho busca-se compreender as diferentes acepções do território, enquanto categoria de análise da Geografia, na perspectiva dos territórios do cotidiano. Será discutido o significado do uso do território frente ao deslocamento compulsório em área atingida por construção de barragem, e mais especificamente a Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, no rio Araguari-MG, relacionado à saúde da população local.

Nesta perspectiva, conforme Santos (2006, p.13) o território é definido como o "lugar onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência", o espaço onde se manifestam as ações humanas, absorvendo seus sentimentos, criando uma relação entre a sociedade e o lugar, ou seja, um sentimento de pertencimento.

Assim sendo, o território usado enquanto categoria de análise da Geografia é considerada:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

Entender o território como uma construção social produzida na relação entre os sujeitos sociais e o lugar, contextos sociais estes que favorecem a saúde ou a doença é fundamental para a contextualização do elemento humano enquanto sujeito da ação.

Conforme Mesquita (1995, p.83) "o território é o que é próximo; é o mais próximo de nós [...] nos liga ao mundo [...] tem significação individual e social".

No dizer de Barcellos (1995) território e cotidiano são palavras que não ambicionam abrangerem todas as esferas do real, estas podem ou não organizar visões de mundo, pois permitem entender a complexidade das relações no campo social, bem como, as imprecisões da vida dos homens.

Ao pensar território e cotidiano enquanto conceitos-chave para busca da compreensão do lugar e da natureza em relação às formas de sociabilidade contemporânea cabe compreender o sentido de lugar enquanto categoria geográfica. Para tanto, diz sobre lugar enquanto dimensão de afetividade:

O lugar é vivido em conjunto com outros, por isso é essencial afetividade. Essa dimensão afetual dá ao território uma noção ampliada que o espaço físico não tem. Não se é ligado a um espaço físico: se é ligado a um território afetivo-existencial [...] O que o território oferece, enquanto lugar é um ponto de referência, uma âncora para um grupo (BARCELLOS, 1995, p. 47).

Desta forma, compreende-se que sujeitos e lugar se entrelaçam no território do cotidiano, é nele que se localiza a pujança da sociabilidade, de um povo que preserva e se preserva em seu espaço. Assim, o território, constituído enquanto lugar vivido em conjunto com outros, oferece um ponto de referência, um sustentáculo para um grupo social, seja no meio rural ou urbano, do bairro, do município, estado ou nação.

O ator “territorializa” o espaço, para tanto, o território materializa as articulações estruturais e conjunturais a que os indivíduos ou os grupos sociais estão submetidos num determinado tempo histórico, correlacionando intimamente ao contexto e ao modo de produção vigente (RAFFESTIN, 1993).

Conforme Raffestin (1993, p. 161), “a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. [...] sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores”. Neste sentido o presente estudo discutirá sobre o uso do território, os conceitos de território e territorialidade. O território traz no seu bojo as conotações material e simbólica, uma vez que:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 235).

Para o mesmo autor, o processo identificado como “desterritorialização”, mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, diz respeito aos processos de (re) territorialização e a complexidade da multiterritorialidade. Para tanto, sugere o entendimento de território e territorialidade, considerando que qualquer acepção, será permeada pelo poder, este não apenas ligado ao tradicional “poder político”, remete tanto ao poder no sentido mais concreto, funcional e do valor de troca, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação, tenebroso pelas marcas do “vivido” e do valor de uso (HAESBAERT, 2004).

O argumento para a ênfase dada ao território na abordagem do simbólico se justifica por considerar que os grupos sociais na sua concretude mantêm relações significativas com o território, numa construção histórica e cultural. Neste prisma, os deslocamentos compulsórios advindos dos grandes empreendimentos provocam mudanças no território, que por sua vez, podem influenciar no processo saúde-doença de seus moradores.

As mudanças que ocorrem no território, ou melhor, do novo espaço ocupado que os empreendedores impõem como sendo o novo território, não apenas influenciam saúde-doença, mas sim: sentimento de desterritorialidade (relações de compadrio e vizinhança, mudanças na produção econômica, falta de relação com a nova terra- falta de rio, falta de produção na várzea, dentre outras) que pode levar ao abandono do território porque não há afetividade, entretanto, não se consideram no abandono sem território, com a mudança já não tem território.

## **TERRITÓRIOS DO COTIDIANO E SUAS DIFERENTES ACEPÇÕES TEÓRICAS**

A concepção de território como o Estação-Nação de Ratzel (1844-1904), contribuiu para o entendimento do território sob o ponto de vista jurídico, onde o Estado exerce sobre o solo a sua soberania (MESQUITA, 1995).

Para Martins (1993), “No Brasil, é o Ratzel determinista que se destaca na produção historiográfica da Geografia [...] que estigmatizou a pecha de determinista para Ratzel em contraposição ao possibilismo de Vidal de La Blache [...]”. O mesmo autor diz que a obra de Ratzel tenta superar uma geografia puramente descritiva e procura avançar na formulação de construções explicativas para o espaço.

Ratzel (apud SEEMANN, 2012, p. 7) diz sobre a ligação entre o ambiente e as pessoas fora de um simples determinismo e das questões do desenvolvimento social ou cultural do Estado e a relação com o seu crescimento, “o estado como unidade coletiva agiria como um organismo vivo e dinâmico, e o seu crescimento físico (isto é, a expansão territorial) seria um processo normal, saudável e necessário”. Ainda, Seemann (2012, p. 10) provoca o leitor para fazer releituras da obra de Ratzel, como por exemplo, “a difusão e significação de conceitos como Estado-nação, cultura e identidade nacional e a apreciação dos minuciosos relatos de viagem”.

Segundo Haesbaert (2004), a perspectiva “materialista”, baseada, na tradição jurídico/política, de Friedrich Ratzel, importante ao longo da história do pensamento geográfico, constrói o conceito de “espaço vital”. Tal concepção acaba de alguma forma se aproximando daquela que, valorizando a dimensão econômica, vê o território como base de recursos para a reprodução da sociedade. Contudo, segundo esse autor, o enfoque de Ratzel não se resume a uma perspectiva materialista, temos a relevância do lado “espiritual”, de território estatal.

Dentre as acepções de território, de acordo com Mesquita (1995) a contribuição de Gottman (1951 e 1952), se assenta ao fazer a análise da divisão política do mundo, conclui que esta se abancava em dois fatores primordiais: o movimento, que gera a instabilidade e que inclui as trocas através do mundo (pessoas, mercadorias ou ideias) e a iconografia (símbolos em que as pessoas creem) que gera a estabilidade. Acrescenta ainda que, estas forças opõem-se uma à outra e o mapa mundial a qualquer tempo é o equilíbrio entre as vertentes da instabilidade e da estabilidade. A definição de território na visão de Gottmann (1915-1994) refere-se:

Como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. [...] é contínuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. [...] fruto de repartição e de organização (FAJARDO; DUARTE, 2012, p. 525).

Na percepção de Haesbaert (2004), Gottman considera que a unidade política é o território, de caráter político-administrativo, o qual tem o enfoque centrado nas entidades “compartimentadas” e equivale ao território como “compartimento”.

O mesmo autor, também incorpora uma dimensão mais idealista, ao entender os territórios em torno do que ele denomina “sistemas de movimento” e “sistemas de resistência ao movimento”, em especial os territórios estatais (HAESBAERT, 2004, p.98).

Para tratar da acepção de território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço, inserido dentro de relação social - histórica (relações de poder), importa compreender a visão relacional de território de Sack (escola: Anglo-Saxônica) e Raffestin (escola: Franco-Italiana). Vale ressaltar que o primeiro autor trabalha na dimensão do controle do espaço pelo Estado numa concepção conservadora de territorialidade, já o segundo pensa na territorialidade processual, relacional e múltipla, que subsidia a organização política e o desenvolvimento local. A diferença de abordagem destes pensadores reside na territorialidade passiva de Sack e na territorialidade ativa de Raffestin.

Segundo Sack (1986 apud SAQUET e SPOSITO, 2008, p. 17), considera a territorialidade humana, permeada pelas relações de poder que ocorrem nos níveis individual, grupal e internacional. Quanto à territorialidade afirma:

A territorialidade corresponde ao controle sobre uma área ou espaço; é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas [...] relacionada ao modo como as pessoas usam a terra, organizam o espaço e dão significados ao lugar.

Ainda, conforme os mesmos autores, a territorialidade, baseada na obra de Sack, é entendida, como a capacidade de separar e excluir, expressa de acordo com as estratégias de controle, coerção e exercício do poder (p. 18).

Alguns elementos fundantes são identificados nesta acepção, tais como, a territorialidade que é uma expressão do poder social, conformando o território; há controle social de algumas pessoas sobre outras e a territorialidade considerada como parte do poder significa uma forma de controle do espaço.

Haesbaert (2004) aponta que Sack privilegia o nível concreto, diferentemente de Raffestin, que dá ênfase aos “territórios informacionais”. A noção de territorialidade de Sack é mais limitada, utilizado como forma de influenciar e controlar pessoas, recursos, coisas e relações sociais

pelo controle de uma área. No entanto, o território é amplo, por conta dos níveis de escala (pessoal a internacional).

O mesmo autor afirma que a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle. Compreende “a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (p.219)-(p.108).

Diferentemente de Sack, o francês Raffestin, caracteriza a natureza do poder, enfatizando o proposto por Michel Foucault, onde o poder não é um objeto ou coisa, mas uma relação, mesmo que desigual, não tem obrigatoriamente um “centro” unitário (de onde emana o poder). Considera como “trunfos” do poder a população, os recursos e o território. O território, visto como campo de atuação dos “trunfos”- recursos e entrave, continente e conteúdo (HAESBAERT, 2004, p. 103). Raffestin, traduzido França (1993), considera o que é o território e diz:

Espaço e território não são termos equivalentes. [...] compreender bem o que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] O território, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação [...], revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Segundo Raffestin, traduzido França (1993), as “imagens” territoriais revelam as relações de produção e estas às relações de poder e ao decifrá-las que se chega à estrutura profunda. Afirma que em graus variados, em diferentes momentos e variados lugares, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”, e isto se registra no campo do poder de nossa problemática relacional. Para o mesmo autor (1993, p.152), “toda rede é uma imagem do poder, ou melhor, dizendo, do poder do ou dos atores dominantes”, uma vez que, a partir das diferentes atividades cotidianas, ocorre a edificação de malhas, nós e redes, delimitando campos de ações, de poder, nas práticas espaciais que constituem o território.

Para esclarecer sobre o que eles denominam, de territorialidade passiva de Sack e no contraponto de territorialidade ativa de Raffestin:

[...] territorialidade proposta por Robert Sack é extremamente “rígida”, pois individual e recorta [...] tendências e efeitos, limitando a abordagem a certas áreas de controle. [...] para Raffestin, as relações de poder são multidimensionais e efetivam malhas, nós e redes [...] valorização dos atores e dos recursos de um certo lugar, [...] ações de inclusão e não de exclusão (SAQUET; SPOSITO, 2008, 18-19).

Governa (2005, p.57) traz como uma concepção ativa da territorialidade enquanto “... resultado de um processo de construção das ações e dos comportamentos que definem as práticas (também de conhecimento) dos homens em relação à realidade material”.

Na fonte da escola Franco-Italiana, além do francês Claude Raffestin, encontra-se também o italiano Giuseppe Dematteis, que “argumenta em favor do território construído historicamente por sujeitos sociais que se relacionam entre si” (SAQUET; SPOSITO, 2008).

A compreensão de Dematteis sobre território e territorialidade guarda algumas semelhanças a de Raffestin quando diz:

[...] são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, desses [...] com o ambiente e desses [...] com indivíduos de outros lugares, efetivando tramas transescalares [...] é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades interagidas [...] podem ser potencializadas [...] estratégias desenvolvimento local (DEMATTEIS, 1985 apud SAQUET; SPOSITO, 2008, p.19).

Outro estudioso leva em consideração ao falar de território:

Território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos

sociais e espaço material [...]. Por ser relacional o território é também movimento/fluidez, ou seja, temporalidade (HAESBAERT, 2004, p. 101).

A contribuição do mesmo autor refere-se à acepção do território simbólico cultural, quando coloca como pano de fundo a noção “híbrida” ou integradora, dita a seguir:

[...] a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido[...] entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade” [...] interação tempo-espaço, [...] na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade [...] concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder [...] mais concreto das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações [...] mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004, p. 116).

Em relação à construção de uma abordagem territorial:

“(i) material” do território, com vistas à compreensão de feições da relação “matéria-ideia”, em união, realçando fatores e processos [...] produção do território [...] as forças políticas-econômicas e culturais, a importância da natureza e a abordagem territorial [...] elaborar e atuar em projetos de desenvolvimento local (SAQUET, 2007, p. 122).

É fundamental o entendimento das diferentes concepções de território, de territorialização e desterritorialização na dimensão teórica e seus pensadores para relacionar com o uso do território pelos atores envolvidos, mais que isso, implicados na re (configuração) do território cotidiano, afetado pelos grandes empreendimentos. Na tentativa de sintetizar várias noções de território e agrupar as concepções nas vertentes:

Política, ou jurídico-política: determinação de poder – político do Estado; Cultura, ou simbólico-cultural: produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; Econômica: menos difundida, produto da divisão “territorial” do trabalho e Natural (ista): base nas relações entre sociedade e natureza (HAESBAERT, 2004, p. 91).

Ainda, Haesbaert (2004) pondera que apesar do reconhecimento da importância da distinção das dimensões mencionadas, importa o debate dos des-caminhos do território no binômio do materialismo-idealismo e no binômio do espaço-tempo.

A relação que se faz do materialismo/idealismo estão afetadas as relações econômicas ou de produção, e de forma pouco expressiva, aos sentimentos inspirados pelo território (HAESBAERT, 2004, p. 93-94).

Santos (1996), fala do espaço geográfico na perspectiva de território usado e que o “uso” econômico é definidor por excelência do território. Ao definir o espaço geográfico “como interação entre um sistema de objetos aliado as forças produtivas e um sistema de ações num conjunto de relações sociais de produção”, explicitando assim, a base materialista de fundamentação econômica (SANTOS, 1996, p. 52).

O território na perspectiva idealista ajuda a pensar o uso do território enquanto: “A Geografia, [...] ao contrário de áreas como a Antropologia, que enfatizam a dimensão simbólica, tende a enfatizar muito mais a dimensão material do território”. Contudo, não inviabiliza a perspectiva ideal-simbólica do território (Bonnemaison e Cambrèzy). Para eles a lógica cartesiana moderna, suplantada pela lógica culturalista (pós-moderna), o território é a representação da identidade cultural e a força da carga simbólica é traduzida como “construtor de identidade” (HAESBAERT, 2004, p. 110-111).

Por último, este autor, fala do território numa perspectiva integradora de diferentes dimensões sociais. O território desempenharia um pouco o papel que cabia à região (na geografia clássica), como o grande conceito integrador, em três perspectivas: tradicional (relações de poder relativamente homogêneas), releitura (rede, centrado no movimento e conexão) e híbrido (multi-escalar, híbrido material e ideal) (HAESBAERT, 2004, p. 112-115).

Quanto ao entendimento do território, enquanto “espaço-tempo vivido”, é algo múltiplo, diverso e complexo, isto contradiz a lógica capitalista hegemônica, do território “unifuncional”, como diz:

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’[...]. Segundo Lefebvre, dominação e

apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominada pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2006). Definindo a territorialidade e as relações de poder:

[...] como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área ser chamada território”. [...] a territorialidade vinculada as relações de poder [...] um recurso estratégico pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico(SACK,1986 apud HAESBAERT, p. 86-87).

Por outro lado, Haesbaert (2004, p.87) considera que amplia o olhar ao dizer sobre a territorialidade como “o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos”, isto balizado pela obra de Claude Raffestin (1980).

Saquet e Sposito (2008) baseado na leitura de Robert Sack (1986), afirma que a territorialidade resulta das relações políticas, econômicas e culturais, e assume diferentes configurações, criando heterogeneidades espacial, paisagística e cultural- ela é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta área é o território.

Segundo Pinchemel (1982 apud MESQUITA, 1995, p.80) tratando da territorialidade humana, fala da noção de território sob as formas social e individual com o território do habitante:

No interior deste território os indivíduos, os grupos se sentem entre eles em afinidade, em segurança, em propriedade [...] espaço socialmente selecionado para a vida e sobrevivência de um sistema [...] com o território do habitante [...] da vida cotidiana começa no interior da casa [...] sentido mais subjetivo [...] fenomenológico [...] ambiente de referência, de signos [...].

Ainda, Mesquita (1995, p.81) explica a “diversidade da noção de território/territorialidade, nas culturas, são os valores territoriais que de fato definem as naturezas de territórios que os homens instauram”. O território e a territorialidade, conceito central da Geografia e em outras áreas do saber abarca outras perspectivas:

[...] o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, [...] a ciência política enfatiza a sua construção a partir de realizações de poder [...] a economia [...] um fator locacional ou como uma das bases da produção; [...] a antropologia destaca a sua dimensão simbólica [...] a sociologia [...] intervenção nas relações sociais [...] e a Psicologia [...] construção da subjetividade ou da identidade pessoal. (HAESBAERT, 2004, p. 89).

Na tentativa de investigar o uso do território, nos deparamos com o “continuum” entre funcionalidade e simbolismo. Para entender este “continuum” cabe saber:

[...] que os “tipos ideais” nunca se manifestam em estado puro, todo território “funcional” tem alguma carga simbólica, mesmo que pouca expressiva, e todo território “simbólico” tem algum caráter funcional, mesmo que reduzido [...] (HAESBAERT, 2004, p. 97).

De toda maneira o território, em diferentes combinações, funcional e simbólico, constitui num espaço dominado tanto para realizar funções quanto para produzir significados. A sua funcionalidade ao ter o território como recurso, seja de proteção, abrigo, sustento- população submetida ao deslocamento compulsório, ou como fonte de “recursos naturais”, no modelo energético do Brasil, com execução de usinas hidrelétricas. Acaba sendo duas formas distintas de produção do território enquanto recurso: os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana.

Por vezes, a intensidade da funcionalidade (recurso) se iguala a da identidade (símbolo), quando isto implica na questão de: perder seu território é desaparecer, remete não apenas a

função ou ao ter, mas ao ser, mesmo que aparentemente, o apego às identidades territoriais apareça associado à destituição de recursos materiais.

Raffestin (1993, p. 225) afirma que, “um recurso não é uma coisa”, a matéria em si, ele “é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades”. Como “meio para atingir um fim”, não é uma relação estável, pois surge e desaparece na história das técnicas e da consequente produção de necessidades humanas.

Haesbaert (2004, p. 214) confere que “não há qualquer atividade, inclusive as atividades materiais, que não seja ao mesmo tempo produtora de sentido e de símbolos”, isto explicado pela “razão cultural” que a torna utilitária.

O entendimento é que a dimensão cultural sempre esteve presente nos processos de formação territorial, assim como, a dimensão política, mesmo que num movimento ambivalente, desterritorializador e reterritorializador.

### **A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO: territórios em reconstrução**

Os grandes projetos de investimento (GPIs) constituem empreendimentos que materializam o processo de assimilação de recursos naturais e humanos em determinados lugares do território, na lógica predominantemente economicista, para responder a determinações e acepções conformadas em espaços relacionais externos aos das populações e regiões dos arredores dos empreendimentos.

Midiaticamente é anunciado progresso para a região e a vinda da modernidade, quase sempre limítrofe ao próprio empreendimento, assemelhando aos tradicionalmente conhecidos ‘enclaves coloniais’, tais enclaves inseridos no território, não emergem de seu processo de desenvolvimento, portanto, não apregoam as forças internas de cunho socioeconômico e político (VAINER; ARAUJO, 1992, p. 34).

Para tanto, os mesmos autores, fazem uma análise dos efeitos para a região e o local, onde implantam grandes projetos, a partir de uma lógica inflexível impetrada pelo interesse setorial/nacional em detrimento do reconhecimento das particularidades do espaço regional/local.

Antes mesmo de falar dos efeitos trazidos pelos GPIs, cabe ressaltar que os empreendimentos são na verdade ferramentas ativas do (re) ordenamento territorial, mesmo que isso não seja explicitado no seu planejamento.

A evolução da questão energética no Brasil sinaliza que, ao lado de determinantes técnicos, existe uma dimensão econômica e institucional que define a formação do setor energético, com a configuração que se apresenta na atualidade. O desenvolvimento do setor depende do processo interacional dos elementos: o movimento geral da economia, a presença do Estado como ordenador setorial e a ação das empresas produtoras e distribuidoras de energia (CALABI, 1983).

Nesta engrenagem, é preciso lembrar o papel de outros agentes da indústria da energia, tais como: empresas construtoras e fornecedoras de equipamentos e suprimentos, bem como as empresas de consultorias que detém (muitas delas) o domínio da informação necessária à determinação de um empreendimento. Da mesma forma, o consumidor de energia, principalmente aquelas indústrias energointensivas, que gozam de benefícios tarifários. Assim, formando a teia construída em torno dos interesses fundamentalmente econômicos e políticas que permeiam os grandes projetos de investimentos.

Os grandes empreendimentos são definidos por alguns autores apenas como projetos de Usinas Hidrelétricas de grandes dimensões. No entanto, com a definição de Martins (1993) torna o termo mais abrangente. Assim, iremos considerar também outros exemplos como a construção de rodovias, como a Transamazônica, no caso brasileiro, a implantação de usinas nucleares como Angra I e Angra II, construção de um edifício, um aeroporto, introdução da cana-de-açúcar em áreas destinadas ao plantio de alimentos, dentre outros, como projetos de grandes dimensões.

A aproximação dos empreendimentos hidrelétricos nos locais mais diversos do país desperta sentimentos variados na população a ser afetada pelo projeto de execução de uma barragem, gerando desencontros, estranhezas e suscitando crenças produzidas pelos empreendedores



(agentes imediatos do capital) ao dispor de recursos (financeiros, midiáticos, estruturais) para demonstrar uma realidade que justifique a construção, isto corroborado, pelos agentes do governo, sob o lema do desenvolvimento regional/local.

Na lógica do desenvolvimento, sob a égide da exploração dos recursos naturais, existem riscos que vem a ser:

A “maldição da abundância” é uma expressão usada para caracterizar os riscos que correm os países pobres onde se descobrem recursos naturais objeto de cobiça internacional. A promessa de abundância decorrente do imenso valor comercial dos recursos e dos investimentos necessários para o concretizar é tão convincente que passa a condicionar o padrão de desenvolvimento econômico, social, político e cultural (SANTOS, 2012, p.1).

O estudo proposto por Martins (1993) na obra: A Chegada do Estranho colabora com a análise não apenas da história dos dominados, mas como também, do invasor de terras e tribos, aquele que expulsa os camponeses, quebra linhagens de família, destrói relações sociais, clandestina as concepções culturais, valores e regras. Sobre o impacto do estranho, afirma que:

[...] a devastação da floresta destrói [...] espécies vegetais úteis [...] mutilação de grupos sociais suprime modos de viver e de pensar [...] destrói saberes que representam um germe de alternativas para a desumanização acelerada que estamos vivendo (MARTINS, 1993, p. 12).

Martins (1993, p. 61-62), menciona que os grandes projetos se referem aos projetos econômicos de envergadura. Como exemplos ele cita as hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental que, como afirma o autor, embora esses projetos não tenham por destinatárias as populações locais, “seu pressuposto é o da remoção dessas populações”, mesmo que este pressuposto seja inconfessável, ele é acionado, na medida em que a população represente algum obstáculo para a implantação dos grandes projetos governamentais.

Os grandes projetos afetam e transformam o território, utilizando o discurso da produção de energia através de fontes renováveis e da garantia de ações compensatórias para a população atingida pela barragem. O deslocamento compulsório de moradores, parte fundante da concretização destes projetos, conduzirá a uma problemática territorial complexa que evidencia o volumoso contingente de expropriados das áreas determinadas para o fim projetado. O caráter político do poder é destacado na medida em que:

[...] atividades cotidianas [...] construção de malhas, nós e redes, delimitando [...] de ações, de poder, nas praticas espaciais que constituem o território. [...] o sistema territorial, resultado das relações de poder do Estado, das empresas e outras organizações e dos indivíduos [...] transposição dos limites políticos e administrativos através de atividades econômicas [...] (RAFFESTIN, 1980 apud SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 18).

Quanto às relações de poder acima mencionadas, é possível inferir que, a execução de grandes projetos, pode materializar o caráter político do poder em relação ao território, ao construir este empreendimento, a partir da submissão da população local ao deslocamento compulsório.

Empreendimentos do porte da construção de usinas hidrelétricas fazem com que o território sofra transformações substanciais, podendo promover o fim do lugar, na medida em que provoca os deslocamentos compulsórios. Este entendido não apenas na ação de tirar as pessoas do lugar em que moram e deslocar para outros lugares, mas sim como uma intervenção abrupta na vida culturalmente vivida entre o território e o modo de vida dos moradores.

O território pode ser negativamente afetado pela ação dos grandes projetos. A apropriação e uso desses espaços muitas vezes colocam em pontos extremos os responsáveis pela construção de grandes obras e os moradores que ocupam áreas de interesses desses empreendedores.

Os grandes projetos podem ser entendidos como aqueles que mobilizam capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território, em grande escala:

São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 34).

Dentre os grandes empreendimentos, temos a construção de usinas hidrelétricas, que modificam substancialmente o cenário socioambiental e cultural das populações nele inserida.

De fato, nas regiões e locais submetidos aos empreendimentos, de certa forma, ao final das contas, tem ficado a desestruturação das atividades econômicas existentes a priori, o crescimento caótico da população, a geração de desemprego entre nativos e imigrantes, potencialização de realidades sociais tais como: marginalidade, criminalidade, violência, mendicância, dentre outras e, sobretudo degradação do meio ambiente.

Neste cenário de miserabilidade das populações, em espaços urbanos não equipados, os poderes das esferas municipal e estadual, sofrem com a avalanche de problemas na ordem de educação, saúde, habitação, saneamento básico, pois já não existem mais a mola propulsora do desenvolvimento existente no bojo do empreendimento e o poder de barganha dos municípios, do estado e da região se veem vulneráveis, mesmo com o crescimento da arrecadação (no caso dos royalties), pois subsídios e benefícios fiscais ofertados às empresas impactaram este montante.

Desta forma, os enclaves gerados não se restringem a questão socioeconômica, se estendem a questão política, diminuindo a capacidade gestora e decisória autônoma regional/local, na medida em que se veem capturados pela lógica e estruturas de poder decisório do âmbito setorial/nacional.

Vale ressaltar que em relação às metas traçadas pelos GPIs, como exemplo, a geração de eletricidade programada pelas hidrelétricas, o balanço é positivo, no entanto, a reboque fica a economia regional/local, onde houve implantação do empreendimento, havendo um desequilíbrio de forças, de interesses e de necessidades, prevalecendo os pressupostos do setorial/nacional.

Os efeitos provocados pelos empreendimentos hidrelétricos já instalados, como é o caso da Usina Hidrelétrica-UHE de Nova Ponte são perceptíveis. Embora, o histórico das construções de UHE demonstre que nenhuma delas atende ao que é preconizado pela legislação ambiental, a sua implantação é referida pelos documentos oficiais (CEMIG, 1995), que tenha ocorrido dentro das normas da legislação ambiental do Brasil, isto, porém, não impediu de provocar efeitos de caráter social e físico-biológicos no local de instalação. Quanto aos aspectos sociais e impactos físico-biológicos, da construção UHE de Nova Ponte, a saber:

[...]1.152 propriedades rurais foi parcial ou totalmente inundado [...] deslocamento da população urbana de Nova Ponte, cerca de 5.000 pessoas para uma nova cidade planejada a três quilômetros [...] contingente populacional de 9.000 pessoas [...] impactos físico-biológicos, o período mais grave foi o da construção da barragem [...] desmatamento, obras de escavação e terraplanagem, disposição dos rejeitos de construção, montagem de canteiro de obras [...] processo erosivo das margens [...] devido ao rebaixamento do reservatório (SILVA, 2007, p. 84).

O aproveitamento hidrelétrico, enquanto fonte de energia renovável atinge diretamente tudo o que é estabelecido sobre o território de um determinado lugar à medida que as barragens das usinas hidrelétricas inundam áreas e nelas a fauna e a flora (LIMA; SILVA, 2011). Além disso, toda a ordem da cultura humana é profundamente afetada pelos impactos, ou melhor, dizendo, efeito sócio espacial de suas construções.

Mais do que impacto, as localidades submetidas aos GPIs sofrem efeitos, percebidos ao longo do tempo e não somente na implantação do empreendimento. Estes efeitos são permanentes e negativos, como exemplo, as hidrelétricas de Itaipu e Sobradinho, mesmo com a política de reassentamentos, para os deslocamentos compulsórios, uma parte considerável da população submetida migra para os centros urbanos na esfera regional ou nacional, na esperança de que os valores indenizados pelo empreendedor serão suficientes para uma melhor condição de vida. No estado de Minas Gerais, para a construção da Usina hidrelétrica, a cidade de Nova

Ponte, foi completamente inundada e sua população submetida ao deslocamento compulsório e ao reassentamento na cidade nova, a 3 km de distância da velha cidade.

Desta forma o território em reconstrução aparece marcado pelos efeitos dos deslocamentos populacionais, provocados pela execução de grandes empreendimentos hidrelétricos.

### **USINA HIDRELÉTRICA DE NOVA PONTE E AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO**

O rio Araguari nasce no Parque Nacional da Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas, e percorre uma área de 475 quilômetros de extensão, da nascente à foz. No seu curso, na bacia do rio Araguari houve a construção e a instalação de quatro empreendimentos hidrelétricos, são eles, Usinas Hidrelétricas-UHE Amador Aguiar I(ex. Capim Branco I); Amador Aguiar II (ex. Capim Branco II); Miranda; Nova Ponte, de médio e grande porte, sendo que a UHE de Nova Ponte, é foco deste estudo.

Na perspectiva de aproveitamento energético dos rios, encontra-se incluso neste patamar, a bacia hidrográfica do rio Araguari. A seguir a descrição da bacia do rio Araguari:

A bacia hidrográfica do rio Araguari compõe-se uma de área de, aproximadamente, 21.856 Km<sup>2</sup>, sendo que o rio Araguari possui 475 km de extensão. Abrange 20 municípios do estado de Minas Gerais, [...] O rio Araguari é um dos principais afluentes do rio Paranaíba, o qual é um rio de domínio da união e que, juntamente com o rio Grande, forma o rio Paraná (ARAÚJO, 2012, p. 44-45).

A UHE Nova Ponte se insere no macro contexto- bioma do cerrado, constituído por chapadas, com relevo mais plano, extensas áreas de monoculturas, em especial soja e café, a pecuária e a agricultura de subsistência. Sua construção promoveu expressiva remoção da cobertura vegetal, causou alterações nos vales dos rios Araguari e Quebra-Anzol, levando a alterações ambientais expressivas (COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG, 1995, p. 88).

O município de Nova Ponte, no qual foi executado o empreendimento hidrelétrico com o mesmo nome, faz parte da microrregião de Uberlândia/Araguari e da macrorregião de Uberlândia, definido no Plano Diretor de Regionalização da Saúde do Estado de Minas Gerais.

O referido município, mediante a construção da Usina Hidrelétrica, deparou-se com o uso do território ligado as mudanças substanciais, que em especial atingiram a população do meio rural e os moradores da cidade, mediante o deslocamento compulsório provocado pelo empreendimento hidrelétrico.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, encontra-se o município de Nova Ponte que faz parte da microrregião de Araxá, com municípios limítrofes de Romaria, Estela do Sul, Indianópolis, Uberaba, Sacramento, Santa Juliana, Pedrinópolis e Irai de Minas e está distante 472 quilômetros da capital. Tem como características geográficas: área de unidade territorial de 1.111 km<sup>2</sup> altitude metros, clima tropical, fuso horário UTC-3 e ainda tem os indicadores: índice de desenvolvimento humano-IDH 0,803, elevado, produto interno bruto - PIB R\$ 519.198,799 mil, PIB per capita R\$ 42.442,48. O município é banhado pelo Rio Araguari, afluente do Rio Paranaíba, cortado por duas rodovias de responsabilidade estadual: A MG 154 e a MG 226, é composto por 12.812 habitantes- IBGE/2010, constituída, predominantemente, pelo bioma cerrado (IBGE, 2010).

Entre 1987 e 1994, foi construída a Usina Hidrelétrica de Nova Ponte no município de mesmo nome, localizada em Minas Gerais, situada na bacia do rio Araguari-MG com capacidade de geração de 510 MW. No ano de 1994, no mês de março foi inaugurada a nova sede municipal e no mês de agosto entrou em operação comercial a primeira unidade da UHE Nova Ponte (CEMIG, 1997, p. 9-10).

No estudo de viabilidade do projeto da empresa empreendedora, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), parte integrante do Plano de Controle Ambiental, justificou-se a necessidade de relocação da sede municipal de Nova Ponte. A UHE Nova Ponte se insere no macro contexto- bioma do cerrado, constituído por chapadas, com relevo mais plano, extensas áreas de monoculturas, em especial soja e café, a pecuária e a agricultura de subsistência. Sua construção promoveu expressiva remoção da cobertura vegetal, causou alterações nos vales dos rios Araguari e Quebra-Anzol, levando a alterações ambientais expressivas (CEMIG, 1995, p. 88).

Os grandes empreendimentos trazem em seu bojo o desenvolvimento e novas perspectivas para os moradores, alvo dos deslocamentos compulsórios. Neste contexto, a motivação para submeter-se a migração compulsória é variada, desde o êxodo do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida até a escassez de recursos para sobrevivência em território de livre escolha.

Ao tratar dos grandes empreendimentos hidrelétricos é preciso entender a dimensão da saúde no meio urbano e rural, pensando neste último, enquanto promotor de ruralidades, considerando como espaço e não setor.

O reconhecimento da importância das diversidades territoriais na formulação de políticas de desenvolvimento, no meio rural, é fundamental. Aliada a isto, cabe reconhecer seus vínculos históricos, com vistas a potencializar as diversidades, com políticas valorativas acerca da organização do território (ORTEGA, 2008).

Ainda sobre o meio rural, Ortega (2008, p. 86) e inspirado pela obra de Abramovay, diz que “a ruralidade está cada vez mais se transformando num valor para as sociedades atuais. [...] mais que um espaço dominado exclusivamente [...] atividades produtivas agropecuárias [...] atividades variadas”.

Para tanto, as mudanças no mundo do trabalho e nas dinâmicas migratórias no meio rural brasileiro, anteriormente sumarizada, tem impactos diretos e indiretos na saúde dos diversos grupos populacionais ali residentes (NAVARRO, 2001).

O conceito de território usado, na perspectiva de Santos (1994) remete a uma abordagem econômico-material e amplia a discussão além da concepção restrita do Estado-Nação, realçando o uso e o controle social. Neste conceito o território é compreendido como espaço geográfico socialmente organizado.

Os moradores de Nova Ponte, submetidos ao deslocamento compulsório, ou seja, egressos do meio rural e/ou da cidade velha, na dimensão do uso do território, integra o objeto de estudo da Geografia e da Saúde Coletiva, relativo ao processo saúde-doença, resultante do modo de vida imposto pelo grande empreendimento hidrelétrico.

A população procedente do meio rural (terras inundadas) e do urbano (cidade velha inundada) que sofre estes efeitos não são necessariamente passivos, ao contrário, trata-se da existência de sujeitos ativos e dinâmicos, que lutam pelo reconhecimento de direitos.

Os moradores submetidos ao deslocamento compulsório procedentes do meio rural ou do urbano, seja pela inundação das terras produtivas ou da cidade velha, experimentam no território “vivido” novas territorialidades como “continuum” de um processo dominação e/ou apropriação, pelos grandes empreendimentos hidrelétricos.

Desta forma, torna-se importante buscar resposta para a indagação: porque no novo território a saúde piora?

Tuan, traduzido Oliveira (2012, p. 143), relaciona os termos saúde e topofilia quando diz “o fato de que as palavras “saúde”, “totalidade”, e “integralidade”, estejam etimologicamente ligadas, sugere um fato comum”. Nestes termos, a “topofilia” – topo (lugar) e filia (apego)- refere-se à identidade e quando o outro é negado, isso associado a sensação de bem-estar (físico, mental e social) poderá ser afetado no novo território.

Ainda, em função de projetos de modernização, que são endereçados para outros lugares e não necessariamente para os moradores atingidos pela construção da barragem, traz sofrimento para a população local e não necessariamente para outras regiões, em função do sentimento de pertencimento ao lugar. Importante o uso da categoria lugar para identificar o espaço da resistência, no dizer de Ribeiro (2004, p. 40) “assim, lugar e saber são verdadeiros nortes reflexivos, posicionados no presente => futuro”.

A saúde pública enquanto política tem no seu bojo a promoção da saúde, com o intuito de elevar a qualidade de vida da população, numa perspectiva multidisciplinar e multisetorial, priorizando situações e grupos vulneráveis e em situação de riscos, contudo para entendimento pleno de seu significado e representação sociocultural faz-se necessário, principalmente, reconhecer o espaço/território, segundo a lógica das relações entre condições de vida, ambiente e acesso às ações e aos serviços de saúde.

No Brasil, a exemplo do que ocorre em outras nações, levantamentos epidemiológicos, com dados de morbidade e mortalidade da população, realizados em diversos segmentos da sociedade demonstram que o processo de saúde-doença, é influenciado por questões da ordem sócio-econômica-cultural e ambiental.

Sabe-se que o apego ao lugar, ao território, passa por um sentimento de pertencimento, por vezes, negado pelo discurso oficial quando se trata de realizar empreendimentos em locais de vida já consolidados. Para muitas pessoas, sair de seus lugares significa uma perda muito mais sentimental do que propriamente material. Esta situação pode então promover alterações no modo de viver dessas pessoas à medida que quebram relações de vizinhança, transformam ou destroem culturas, anulam símbolos da vida cotidiana, enfim, situações que muitas vezes podem provocar doenças relacionadas ao vazio afetivo que são submetidas.

A solidão, o isolamento, a tristeza pela perda do lugar podem provocar doenças psicoafetivas (associada, por exemplo, a depressão), que antes não eram comuns no lugar onde todos se conheciam e, de repente, se veem envolvidos por uma trama de transformações que não estavam preparados para enfrentar.

A trama de transformações é tecida na medida em que o projeto se materializa na obra, apresentado aos moradores do urbano e do meio rural, proprietários de terra e/ou de imóvel, ou trabalhadores assalariados, por "atores" diferentes e de relações sociais novas, comumente numa relação de alteridade. A construção desta relação se dá quando:

A reciprocidade do impacto se manifesta na constituição do "outro", que passa a mediar as relações sociais para cada grupo envolvido no desencontro desse encontro. Esse "outro", mediador, tem características cambiantes. Diante de cada grupo ele apresenta uma face. [...] enigma do sujeito que não se reconhece no objeto pressuposto em sua orientação [...] impacto do dominado, do excluído, do diferente, na expansão do capital [...] (MARTINS, 1993, p. 65).

No mundo atual, há muitos sinais de manipulação de territórios que são transformados ou mesmo destruídos, em função da execução desses grandes projetos. É, por exemplo, o caso das hidrelétricas, cuja formação dos reservatórios exige a inundação de extensas áreas, rurais e urbanas e, conseqüentemente, a destruição dos lugares. Vivência esta que se aplica ao município foco desta pesquisa, que foi construída uma nova cidade, ou seja, um novo território, para realocar a população que foi totalmente atingida pelo empreendimento.

A mobilidade permite que se criem novos territórios. Ainda assim o lugar antigo, ou que tenha passado por um processo de transformação, terá, por certo tempo, um significado para aqueles que o viveram. A vida das pessoas submetidas à mudança de território de forma compulsória afeta e é afetada pelo processo e podem sofrer os efeitos nas suas condições de saúde e adoecimento, a depender do grau de envolvimento da pessoa com seu território; o nível de apego; os laços com o lugar.

A visão de território, parte do entendimento de que o mesmo constitui uma dimensão do espaço ou uma construção social na qual as pessoas se reconhecem e sentem reconhecidas, ou seja, são aspectos da própria identidade, permeada pelo sentimento de pertença. Nesta perspectiva, o deslocamento compulsório, mais do que tirar pessoas do lugar em que moram e deslocarem para outros lugares, significa um ataque a uma vida culturalmente vivenciada entre o território e o modo de vida das pessoas. Tal deslocamento faz com que se criem sentimentos de perdas muitas vezes ignorados por empreendedores responsáveis pela execução de grandes empreendimentos.

O sentimento de perda se explica na obra de Yi-Fu Tuan, ao difundir o termo topofilia (descrito por Bachelard) entendido em um sentido amplo, como os laços afetivos (simbólicos) dos seres humanos com o meio ambiente, ao dizer que "A topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo" (TUAN, 2012, p. 136).

A "Topofilia" como relação amorosa com a terra, leva em consideração a observação da paisagem, manifestações afetivas, elementos da cognição, percepção e mesmo comportamento do homem diante de seu meio.

Nesse sentido, exprime a filiação do ser humano para com o ambiente que o cerca, da associação da pessoa ao lugar de vida, os meios pelos quais respondem ao ambiente, por sua

apreciação estética, efêmera, repentina ou percebida pelos sentidos, tátil, visual, auditiva, a história e reconhecimento, vinculado ao sentimento de pertencimento pelos vínculos históricos das famílias, "A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar" (TUAN, 2012. p. 144). Isto ajuda a explicar o significado do sentimento de perda dos sujeitos submetidos ao deslocamento compulsório, por consequência dos grandes projetos de investimentos.

Esta situação pode desencadear o surgimento de problemas de saúde que antes não eram comuns entre os moradores submetidos a esses processos, tais como: depressão, problemas psicológicos, psicossomáticos, respiratórios, dependência química, dentre outras, enfim, doenças cuja incidência pode estar diretamente relacionada com o fato de deslocarem as pessoas de suas moradias, ou mesmo por exposição a resíduos tóxicos oriundos de práticas usadas na execução das obras. Ainda, é preciso considerar o fato de que a escassez de pescado a jusante ou a montante das barragens indica mudança alimentar, caso o reassentamento seja à beira do Rio. Caso contrário, a mudança alimentar ou mesmo a perda de autonomia na produção de alimentos introduz vulnerabilidade alimentar.

Nesta percepção o território é misturado com o conceito de espaço geográfico, ou seja, meio físico que o homem modifica e materializa suas relações. Segundo Flores (2006) o território se diferenciaria do espaço, pois "no conceito de território se incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores", a partir desta apropriação é construída uma identidade social que se individualiza a partir de um espaço geográfico determinado.

A construção social do território é intuída a partir da interação dos atores sociais com um espaço geográfico a que se aproximam. Deste modo, assim como as relações sociais constituídas nele, a sua construção também é dinâmica. Constitui um intercâmbio, na qual as relações humanas são modeladas a partir das condições apresentadas pelo território e este, por sua vez, é construído a partir da apropriação que a sociedade faz dele.

A análise da categoria território, em especial, na vertente cultural ou simbólico-cultural repousará boa parte das reflexões teóricas e o trabalho empírico proposto no projeto de pesquisa para dissertação de mestrado.

A proposta de diálogo entre a Geografia (territórios usados-grandes empreendimentos) e a saúde coletiva (processo saúde-doença) da população submetida ao deslocamento compulsório, cabe conceituar a saúde coletiva e sua inserção na organização da política de saúde pública.

A dimensão do coletivo é reconhecidamente fato e acontecimento, que resulta de um caminho que encontre na epidemiologia, de um lado, e nas ciências humanas, de outro, as bases para continua construção de seu objeto (NUNES, 1994). Em especial, no final da década de 1980, no Brasil, marcado pelo movimento da reforma sanitária, imprimiram novas marcas na saúde coletiva, tanto no campo epistemológico como de suas práticas.

A saúde coletiva - constituída nos limites do biológico e do social - ainda continua a ter pela frente a tarefa de investigar, compreender e interpretar os determinantes da produção social das doenças e da organização social dos serviços de saúde, tanto no plano diacrônico como sincrônico da história. Ou, como apontam outros autores (BIRMAN, 1991), a saúde coletiva ao introduzir as ciências humanas no campo da saúde, reestrutura as coordenadas desse campo, trazendo para o seu interior as dimensões simbólica, ética e política, o que somente poderá revitalizar o discurso biológico.

Ao tratar do processo saúde-doença da população, é preciso compreender a diferença da medicina baseada em evidência e a atenção à saúde baseada em evidência. A primeira é focada na clínica, em indivíduos e a segunda focada nos processos decisórios, com centralidade na população ou grupos populacionais.

MENDES (2009), com base na obra de Spassof, argumenta que a ciência de maior destaque na atenção à saúde baseada em evidência é a epidemiologia, já que essa disciplina tem como objeto o estudo de condições ou doenças em relação a populações ou a grupo de população.

Para entender o processo saúde-doença na perspectiva de efeitos sociais de grandes empreendimentos, do uso do território, é preciso definir e conceituá-lo.

O processo saúde-doença é uma expressão usada para fazer referência a todas as variáveis que envolvem a saúde e a doença de um indivíduo ou população e considera que ambas estão

interligadas e é consequência dos mesmos fatores. De acordo com esse conceito, a determinação do estado de saúde de uma pessoa é um processo complexo que envolve diversos fatores. Diferentemente da teoria da unicausalidade, muito aceita no início do século XX, que considera como fator único de surgimento de doenças um agente etiológico - vírus, bactérias e protozoários -, o conceito de saúde-doença estuda os fatores biológicos, econômicos, sociais e culturais e, com eles, pretende obter possíveis motivações para o surgimento de alguma enfermidade (LEMOS e LIMA, 2002).

Ao pensar nos efeitos sociais dos grandes empreendimentos, as transformações que causam no território e partindo do entendimento da dimensão territorial, enquanto espaço de construção social, que geram nas pessoas sentimentos de reconhecimento e pertencimento, que constituem a própria identidade, poderá formar um espaço suscetível à produção da doença.

Os grandes projetos indubitavelmente têm promovido profundas transformações no território, que por vezes levam ao fim do lugar, enquanto espaço de negociação, de definição quanto ao futuro da população na eminência de ser atingida pelo grande empreendimento hidrelétrico.

No estudo ambiental encomendado pelo empreendedor Companhia Energética de Minas Gerais, responsável pela construção da UHE de Nova Ponte, em termos de diagnóstico de situação de saúde, indica que o enfoque foi na visão clínica (consulta médica e exames de laboratório) e na visão epidemiológica (controle de vetores de doenças), sem contemplar a visão social (análise de contexto territorial), limitando a análise das questões de saúde da população, no processo saúde-doença, dos submetidos ao deslocamento compulsório da cidade velha -desterritorialização- para a nova cidade de Nova Ponte.

De acordo com o Projeto Executivo, Relatório de Integração e Estudos Ambientais sobre meio socioeconômico cultural que “efeitos ambientais [...] de maior magnitude [...] relacionados ao meio socioeconômico. [...] inundação da Sede Municipal de Nova Ponte, além de áreas rurais dos outros municípios, em função da formação do reservatório [...]” (CEMIG, 1995, p. 66).

No estudo CEMIG (1995, p.66), no item “meio socioeconômico cultural”, aparece o campo da saúde, cuja análise feita a partir de “estudos epidemiológicos realizados pela Fundação Nacional de Saúde, e os exames médicos [...] classificar o município em padrão médio [...], como referência o Alto Paranaíba”. Foi identificada a chagas, a esquistossomose, como doenças mais comuns da região e apesar do município pertencer à área não malárica, foi encontrado, no curso do rio Araguari o mosquito anofelino.

Em relação ao período que antecedeu a obra, os estudos epidemiológicos realizados pela Fundação Nacional de Saúde- FNS, encomendados pelo empreendedor da obra, revela que:

[...] permitiram classificar o município em padrão médio, tomando como referência o Alto Paranaíba. [...] perfil nosológico concentrado nas doenças típicas de populações rurais carentes [...] área endêmica para a doença de chagas. [...] região indene para esquistossomose. [...] área não malárica [...] zona epizótica de febre amarela (CEMIG, 1995, p. 66).

A saúde e a doença são processos inerentes à vida e são condicionados pelos modos de vida, condições de vida e estilos de vida, quando diz:

Estes processos são expressões das características do meio natural, do grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, de sua organização econômica e política, de sua forma de relacionar-se com o meio ambiente, de sua cultura, de sua história, de outros processos gerais que configuram sua identidade como formação social. [...] processos gerais se expressam no espaço da vida cotidiana das populações, no que se denomina modo de vida da sociedade (CASTELLANOS, 1998 apud BUSS, 2002 p. 51).

Desta maneira, a vida cotidiana, configura o lugar de manifestação das “tensões” entre os processos biológicos e sociais que determinam a situação de saúde de uma população ou grupos populacionais, de base territorial, a partir do território focalizado nas quatro dimensões - política, econômica, natural e cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de re (visitar), as diferentes acepções de território e seus teóricos, serviram para subsidiar a ampliação de conceitos e na medida do possível vinculá-los ao uso do território afetado pelos grandes empreendimentos hidrelétricos.

De acordo com Raffestin (1980 apud SAQUET e SPOSITO, 2008, p. 18), o caráter político do território, realça, simultaneamente, aspectos e processos econômicos e simbólicos em sua constituição e na territorialidade, enfatizando as relações de poder e as redes de circulação e comunicação. Desta maneira faz uma abordagem múltipla do território e da territorialidade, relacional e histórica, ao mesmo tempo. Tal contribuição subsidia novas abordagens do território, das relações sociais e do desenvolvimento.

No tocante, ao fato do território ser objetivado por relações sociais concreta e abstratamente, relações de poder e dominação, implica na cristalização de territorialidades no espaço, a partir das distintas atividades cotidianas (SAQUET; SPOSITO, 2008).

Ao construir a agenda de pesquisa, algumas reflexões tornam-se pertinentes e acabam por constituir eixos norteadores do trabalho.

Os projetos de grande impacto social se materializam no território e afetam sobremaneira o “modus vivendi” da população submetida, seja do meio rural ou do urbano, ao deslocamento compulsório e concretizam no cotidiano os efeitos sociais decorrentes.

A execução dos grandes empreendimentos hidrelétricos implica no uso do território e um de seus desdobramentos, faz ressonância com a concepção política do território, aliado a de poder que nitidamente aparece no deslocamento compulsório a qual a população é submetida.

A discussão sobre as consequências e os efeitos dos grandes projetos hidrelétricos, aponta um processo que não é unilateral, mas que traz uma reciprocidade de consequências e diferenças de equidade.

O entendimento do uso do território e a saúde da população local, permeado pelas dimensões e perspectivas teóricas sobre o território, ofereceu pontos ora de confluência, ora de divergência, enfim de implicações desta categoria de análise da geografia, num intercâmbio que vai da fluidez ao ruído com o campo da saúde coletiva.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, N.C. Comitê e Agencia de Bacia do Rio Araguari: análise dos instrumentos de gestão. In: DI MAURO, C.A.; ROSOLEN, V.; FERREIRA, V. de O (Org.) **Planejamento e gestão de recursos hídricos: exemplos mineiros**. - CBH-Araguari-Uberlândia (MG): Assis Editora, 2012. 454p.

BARCELLOS, J. A. S. Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Z. ; BRANDÃO, C.R. (Org.) **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995.

BIRMAN, J. A physis da saúde coletiva. Physis– **Revista Saúde Coletiva**, 1 (1): 7-11. 1991.

BUSS, P.M. **Promoção da Saúde da Família**. BVS Ministério da saúde, 2002. Disponível no link: [bvsms.saude.gov.br/bvs/is\\_digital/is\\_0103/IS23\(1\)021.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0103/IS23(1)021.pdf). Acesso em : 20/12/2012.

CALABI, A.S.A. [et al.] **A energia e a economia Brasileira: interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil**.- São Paulo: Pioneira: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG. **Projeto Executivo, Relatório de Integração e Estudos Ambientais**. Belo Horizonte-Minas Gerais-Brasil: Leme Engenharia Ltda., setembro-1995.

\_\_\_\_\_. **Memória Histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte: Cemig, 1997.155p.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – uma visão do estado da arte. RIMISP, 2006. Disponível em: [www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3731](http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3731). Acesso em: 20/10/2012.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão: Prof. Dr. Fabrício Gallo (UNESP). **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n.3, 2012. BCG e disponível no link: <http://agbcampinas.com.br/bcg>, acesso em 11/04/2013.

GOVERNA, F. Sul ruolo attivo della territorialità. In:DEMATTEIS,G.; GOVERNA, F.(a cura di). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilita**: il modelo Slot. Milano: Angeli, 2005. P. 39-67.



HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

\_\_\_\_\_. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. 171 p. p. 87-119.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Disponível no link: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_min\\_as\\_gerais.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_min_as_gerais.pdf), acesso em 11/04/2013.

LEMOS, J. C.; LIMA, S. do C. **A geografia médica e as doenças infecto-parasitárias**. Caminhos de Geografia, 2002.

LIMA, H. R; da SILVA, V. de P. **Divergências e convergências nas políticas de sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos**: efeitos socioespaciais no Rio Araguari-Minas Gerais – Brasil. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, Año 2011.

MARTINS, J. S. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.179 p.

MARTINS, L. de L. 1993. **Friedrich Ratzel através de um prisma**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1993. 128p.

MENDES, E. V. **As Redes de atenção à saúde**. Belo Horizonte: ESP-MG, 2009. 848p.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z; BRANDÃO, C.R. (Org.) **Territórios do Cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995.

NAVARRO, Z. S. de. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados. São Paulo, vol.15, n 43(set/dez 2001), p. 83-100. Disponível no link: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/19455>. Acesso em: 20/10/2012.

NUNES, E. D. **Saúde coletiva**: história de uma ideia e de um conceito. Saúde e sociedade, vol.3 nº 2 : 5-21, São Paulo,1994.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alínea/EDUFU: Uberlândia: 2008. 244 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: editora Ática, 1993. 269 p.

RIBEIRO, A.C.T. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, M.A. (Org.) **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, B. de S. **Moçambique**: a maldição da abundância. 2012. Disponível no link: <http://www.buala.org/pt/a-ler/mocambique-a-maldicao-da-abundancia>. Acesso em: 11/04/2014.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. GEOgraphia – Ano. 1 – No 1 – 1999 e disponível no link: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>. Acesso em: 11/04/2014.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M; BECKER, B.K. (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006. 377 p. p. 13-21.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: Diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A.F; CARRIJO,

B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SILVA, F. B. **Planejamento regional / territorial**: a interface entre os planos diretores de aproveitamentos hidrelétricos e os planos diretores municipais. 2007. 199 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível no link: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1183>, acesso em 28/10/2013.

SEEMANN, J. « Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções: uma breve abordagem contextual », **Terra Brasilis (Nova Série)**[Online], 1 | 2012, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 09 Julho 2013. URL: <http://terrabilis.revues.org/180>; DOI: 10.4000/terrabilis. 180.

TUAN, YI-FU. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.347 p. il.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.